

MEIO AMBIENTE

Órgão

Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR)

Representação

Câmara Técnica de Outorga e Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos (CTOC)

Representantes



Titular

Paulo César Nauiack

Vice-Presidente

Federação do Comércio do Paraná (Fecomércio-PR)

(Compareceu)



Suplente

Wilson de Azevedo Filho

Representante da Associação das Empresas Mineradoras das Águas Termais de Goiás (Amat)

(Compareceu)



Assessor Técnico

Cristiane de Souza Soares

Especialista Executiva

Assessoria de Gestão das Representações (AGR) da CNC

(Compareceu)

Ações

Reunião ordinária realizada no dia 18 de março de 2021

O coordenador da Câmara Técnica de Outorga e Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos (CTOC), Porfírio Catão Cartaxo Loureiro, deu início à reunião e passou a palavra ao gerente de Outorga e Fiscalização Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (Cogerh), Marcílio Caetano de Oliveira, que informou a chegada das águas transpostas do rio São Francisco ao açude Castanhão no Ceará.

Em seguida, teve início a eleição da Coordenação da Câmara Técnica. Loureiro agradeceu a todos os representantes da CTOC pela colaboração durante seu mandato, mas informou que não se candidataria a novamente. Assim, o relator da reunião, Irani Braga Ramos, começou a conduzir a eleição do novo coordenador.

Membro suplente do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) do Ministério do Desenvolvimento Regional, Francisco Igor Aires Nunes foi eleito por unanimidade e, ato contínuo, passou a coordenar a reunião.

A pauta seguiu com a análise da solicitação encaminhada pelos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (CBH-PCJ), por meio do ofício Comitês PCJ nº 136/2021, referente à prorrogação do prazo para apresentação de proposta da revisão dos mecanismos vigentes e valores da Cobrança PCJ, conforme prevê a Resolução CNRH nº 204/2018.

O especialista ambiental André Navarro informou que a diretoria da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) estava presente na reunião, além de explicar

que a pandemia da Covid-19 interferiu no cronograma previsto para elaboração dos estudos que embasariam a proposta de revisão dos valores de cobrança. Ele acrescentou que a pandemia também criou ambiente de incerteza econômica para o futuro, tornando o ambiente inadequado à revisão de valores. Diante do cenário, os Comitês PCJ aprovaram um novo cronograma para elaboração dos estudos e apresentação de uma proposta alinhada com a elaboração do novo Plano da Bacia.

Pelo novo cronograma, o Termo de Referência (TR) para elaboração dos estudos será revisado até 30 de junho de 2021 a fim de permitir contratação até 31 de dezembro de 2021 e conclusão até 31 de dezembro de 2022. A aprovação nos Comitês PCJ ocorrerá até 31 de dezembro de 2023, e a resolução do CBH será encaminhada em seguida ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH) e ao CNRH.

A palavra foi repassada pelo coordenador ao diretor-presidente da Agência das Bacias PCJ, Sergio Razera, ao diretor administrativo e financeiro do órgão, Ivens de Oliveira. Eles detalharam a avaliação do equilíbrio econômico e financeiro do Comitê durante o novo prazo solicitado, esclarecendo que há empreendimentos já contratados e outros R\$ 8,3 milhões destinados a novos investimentos para 2021, restando cerca de R\$ 1,2 milhão para custeio administrativo. Considerando o período 2020-2025, o total de receitas estimado é de R\$ 165,9 milhões. As projeções para custeio administrativo da Agência para o período 2021-2025 são de R\$ 3 milhões para receitas anuais e de R\$ 2,7 milhões para despesas anuais.

Especialista em Recursos Hídricos da ANA, Marco Antônio Mota Amorim esclareceu que, na visão da Agência, o importante é garantir a sustentabilidade do Comitê e da ANA, o que a Agência das Bacias PCJ mostrou em suas explicações.

Após ampla discussão entre os presentes, a Câmara Técnica:

- i. Aprovou o mérito da solicitação com base na argumentação apresentada pelo CBH;
- ii. Decidiu requerer à Secretaria-Executiva que:
 - a. prepare minuta de parecer embasando alteração da Resolução CNRH nº 204/2018;
 - b. submeta a minuta de parecer aos membros da CTOC para aprovação, a fim de enviar a matéria da Câmara Técnica de Assuntos Legais (CTAL).

Na sequência, Amorim fez apresentação destacando os objetivos da cobrança e a evolução histórica da cobrança no País, tanto no âmbito do domínio da União quanto nos domínios estaduais. Ele mencionou que há bacias em que a cobrança não alcança todos os usuários, então fez um apanhado de decisões judiciais sobre a possibilidade de a cobrança ser instituída por ato governamental (estadual ou federal). Por fim, o especialista da ANA apresentou elementos da publicação *Cobranças de água no Brasil: Direções a seguir da OCDE* e do encarte de *Cobrança do Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos 2019*.

Os representantes da CTOC empreenderam amplo debate a respeito do papel do Poder Público, dos Comitês de Bacia, de disparidades em cobranças, de estratégias para

aplicação dos recursos, de alternativas para expansão do instrumento da cobrança, de conflitos de domínio, entre outros.

Após o debate, a Câmara Técnica decidiu requerer da ANA uma apresentação sobre a cobrança, destacando por bacia e, preferencialmente, incluindo as de domínio dos estados:

- i. Valores arrecadados por cada setor usuário, correlacionando valores com volumes outorgados e utilizados;
- ii. Valores aplicados, em caixa, em investimentos financeiros e respectivos rendimentos;
- iii. Avaliação sobre usos insignificantes e seus impactos sobre a cobrança;
- iv. Impactos em qualidade e quantidade alcançados com as ações.

Como último item da pauta, a coordenadora-geral de Planejamento e Políticas de Recursos Hídricos do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), Adriana de Fátima R. Lustosa da Costa, convidou a CTOC e seus representantes a se engajarem na elaboração da nova Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH). Após narrar as etapas já cumpridas, ela lembrou que o calendário original foi afetado pela pandemia da Covid-19 e, também, informou sobre o documento base do PNRH, descrevendo sua estrutura. Por fim, Adriana apresentou calendário das discussões previstas para 2021, destacando existência de oficinas regionais (março e abril), oficinas setoriais (maio, junho e julho), oficinas temáticas (julho, agosto e setembro), oficinas de pactuação (setembro) e a pactuação final (outubro).

Em seguida, foi encerrada a reunião.